

Aos dezassete dias do mês de Dezembro do ano dois mil e cinco, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Dr. Simões Saraiva.

Aberta a sessão, o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Rocha, informou que, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, foi convocado o Sr. Sebastião Monteiro Soares, na qualidade de candidato imediatamente a seguir na lista do Partido Social Democrata concorrente a este órgão, para preenchimento da vaga ocorrida neste órgão autárquico em virtude do falecimento do Sr. Higinio da Costa Borges. Logo de seguida foi chamado, pela Mesa, o Sr. Sebastião Monteiro Soares para tomar posse e prestar o juramento competente.

Procedeu-se então à chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes a Sra. Eng^a Dulce Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, o Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes e o Sr. José Carlos Vitorino Ferreira, que justificaram as suas faltas, tendo as mesmas sido consideradas justificadas pela Mesa, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea j) do nº 1 do artigo 46º-A da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Verificou-se, igualmente, que não estava presente o Sr. Eng^o Carlos Artur Simões Esteves Maia, que não remeteu justificação relativa à sua ausência.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Elsa Maria Lopes Correia, Maria de Fátima Gonçalves Antunes e José Francisco Tavares Rolo.

Seguidamente, foi submetida à votação a acta da sessão ordinária de 26 de Outubro de dois mil e cinco, tendo sido aprovada por maioria, com duas abstenções.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do Dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Eleição, nos termos do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 11/2003, de 13 de Maio, do representante na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Pinhal.

III – Eleição, nos termos da alínea b), do número 1, do artigo 5º, da Lei nº 14/2004, de 8 de Maio, do Presidente de Junta de Freguesia, que irá fazer parte da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

IV – Eleição, nos termos da alínea b), do número 4, do artigo 7º, da Lei nº 12/2004, de 30 de Março, do representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Licenciamento de Instalação e Modificação de Estabelecimentos de Comércio a Retalho por Grosso em Livre Serviço e de Instalação de Conjuntos Comerciais.

V – Eleição, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, alterado pela Lei nº 41/2003, de 22 de Agosto, do Presidente da Junta de Freguesia representante das freguesias no Conselho Municipal de Educação.

VI – Eleição, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 4º do Regulamento Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia, de um elemento de cada um dos partidos com assento na Assembleia Municipal para integração nas comissões municipais de toponímia das freguesias do município de Oliveira do Hospital, e formalização das referidas comissões, de acordo com o nº 2 do referido artigo.

VII – Eleição, nos termos da alínea b) do artigo 2º do Decreto-Lei nº 5/91, de 8 de Janeiro, do Presidente de Junta de Freguesia que integrará a composição da Assembleia Distrital de Coimbra.

VIII – Designação, nos termos da alínea l) do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 01 de Setembro, de quatro cidadãos eleitores para fazerem parte da composição da Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital.

IX - Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2006/2009 e do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2006.

Seguidamente, depois do Sr. Carlos Rocha ter dado conhecimento da correspondência recebida, entrou-se no período Antes da Ordem do Dia, tendo sido feitas as inscrições para as respectivas intervenções. Foi, então, dada a palavra ao Sr. João Abreu que sugeriu que, por uma questão de produtividade e de importância da matéria em apreço, o ponto IX da Ordem do Dia (Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2006/2009 e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2006), fosse discutido e votado logo a seguir à informação acerca da actividade e da situação financeira do Município (Ponto I), proposta que foi aprovada por maioria, com quatro abstenções.

Depois, tomou a palavra o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Começo por cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Sendo hoje a primeira vez que me dirijo à Assembleia depois das últimas eleições autárquicas, não quero deixar de lhe endereçar os meus parabéns pela reeleição. Os meus parabéns também ao Executivo Camarário, aos Srs. Vereadores e a todos os Srs. Deputados Municipais, aos reeleitos e aos novos, aos quais deixo uma palavra de boas-vindas.

Faço votos para que se mantenha aqui o espírito democrático que tem existido nesta Assembleia.

Fazendo uma análise muito breve ao resultado das últimas eleições, eu diria que a vitória do PSD não deixa dúvidas a ninguém; como não deixa dúvidas a afirmação do Sr. Prof. Mário Alves como o preferido “para o bem e para o mal”, em detrimento dos outros candidatos. Por isto lhe reitero os meus parabéns. De resto, creio ter sido talvez um dos primeiros a dar-lhos, ainda antes do dia das eleições, quando percebi o contexto e a dinâmica que a campanha estava a ter.

Também merecem uma saudação especial os candidatos do Partido Socialista e a Dra. Maria José Freixinho, pelo esforço que fizeram e pelo resultado honroso conseguido, face ao voto útil, outras vezes de protesto,

outras ainda de falta de ambição que caracteriza este concelho. Devemos, contudo, aceitar os resultados com naturalidade e sem despeito, dentro do espírito democrático.

Estão também de parabéns os Srs. Presidentes de Junta, de todos os partidos. Dado terem sido os escolhidos pelos que lhes estão mais próximos, devem ser, com certeza, os melhores para servirem as populações.

Quanto à restante oposição na Assembleia Municipal, espero que o PCP/CDU possa ser sempre por nós considerado e incluído na política de esquerda e que não nos obrigue a fazer oposição à oposição. Tendo sido, em nossa opinião, o único grande vencedor, a nível nacional, das últimas eleições, tem uma responsabilidade histórica que nas autarquias, a meu ver, tem sabido honrar. Espero que aqui também o faça.

Lamento o desaparecimento do CDS, fazendo falta entre nós. Não que concordássemos com a sua política enquanto eventual poder mas pela perspectiva diferente ao fiscalizar a actividade do Executivo municipal. Referencio positivamente o comportamento que teve aqui o Sr. Rui Monteiro, que manteve grande verticalidade e coerência, ao contrário de outros, e que foi vítima do voto útil no PSD.

Temos, assim, um novo enquadramento percentual nesta Assembleia, com um reforço de poderes de controlo do PSD. Espero que isto não constitua uma entorse à democracia. É também por isto que se exige uma oposição mais actuante e vigilante, desde logo aos Vereadores no Executivo e aos Deputados Municipais, aqui na Assembleia Municipal. É preciso evitar a presidencialização extrema do poder municipal ou até algum despotismo presidencial. É preciso saber perder com dignidade mas é preciso também saber ganhar com honra. Espero que não se tente menosprezar esta Assembleia porque, se isso acontecer, contem com a nossa denúncia firme por todos os meios, ainda que através da comunicação social, sem crispações nem sobranceiras, mas também sem qualquer subserviência. Isto porque o resultado do sufrágio não invalida as nossas posições como não sufraga o que se não fez.

Já sei que o Sr. Presidente me vai dizer que já conhece as minhas posições, pelo menos pelo menos desde 1993 e que não foram essas as posições que o povo votou. Quero dizer-lhe o seguinte: quanto à opção do povo, há milhentas motivações que não só a da política seguida. E, mesmo que se aceite ter o povo votado a continuação da política seguida, sempre compete à oposição apontar outras soluções e, sobretudo, defender outros princípios. Quanto às minhas posições, continuarei a defendê-las com o meu estilo até ouvir aqui, claro e fundamentadamente, que não é necessária a política de desenvolvimento, em detrimento das outras obras de manutenção e até dos subsídios.

Aos meus colegas da Assembleia Municipal e aos Srs. Presidentes das Juntas, apenas dou um exemplo: o Executivo mais monocolor do País – Armamar – com maioria absolutíssima do PSD, que elegeu a totalidade dos cinco vereadores, onde o Presidente diz “em saneamento básico, água e alcatrão não há concelho como o nosso”, já só tem cerca de cinquenta alunos

no ensino secundário, cada vez tem menos população e as poucas pessoas que vivem lá estão a ir para o estrangeiro trabalhar na apanha da fruta e em outras actividades sazonais. Isto deve obrigar-nos a reflectir que nem sempre é bom uma maioria absolutíssima.

Para finalizar, deixo uma palavra quanto à última campanha eleitoral porque entendo que ela não teve a dignidade que merecia. Espero que aquilo que ouvi não se confirme. Espero que não se confirme aquilo que disse a jornalista Licínia Girão no Jornal de Arganil de seis de Outubro de dois mil e cinco e desejo mesmo que este artigo não se converta em algo mais dramático, digamos assim.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal: com toda a humildade, deixe-me dizer referir aqui uma ideia que eu já referenciei há tempos e que nem sequer é minha. Mais uma vez, sem pedantismos ou sobranças mas também sem querer dar demasiada solenidade a esta questão e que tem a ver com o que vi e ouvi durante a Assembleia Municipal. Há uma verdade que foi totalmente esquecida nessa campanha: o sentido da vida não são os expedientes e outras práticas incoerentes que se praticam por aí. O sentido da vida é o caminho estreito entre a natureza e o espírito. As determinações íntimas e o respeito pelos princípios são eticamente correctos. Ou os defendemos e praticamos a dignidade de todos – sobretudo daqueles que não pensam como nós –, e nos elevamos, ou continuamos com expedientes, defendendo interesses de facção, excluindo os que não estão connosco, aliciando espíritos indefesos com promessas espúrias. Não dou exemplos mas, se for preciso, dá-los-ei mais tarde. E, neste caso, estamos claramente a inclinar-nos de regresso à natureza. Esta opção traz, fatalmente – é uma questão de tempo –, degradação, iniquidade, limitação, quando não mesmo perda, escassez, dor e outras coisas de natureza inferior. Não quero arranjar problemas de consciência a ninguém mas tenho que dizer que isto não é uma questão esotérica ou religiosa, mas uma verdade objectiva com mais de dois mil anos e que nos foi mostrada entre nós por Fernando Valle ou Vasco de Campos e que foi recentemente confirmada recentemente, cientificamente, pelo Princípio da Incerteza, de Heisenberg, de que aqui já falei, e mais recentemente com a atribuição, em dois mil e cinco, do Prémio Nobel em Ciências Económicas a um israelita e um norte-americano pela sua descoberta independente da Teoria dos Jogos. Mesmo em política não há razão para abandonarmos o caminho correcto e profanarmos os princípios. Se o fizermos, sobretudo quando exercemos cargos com exposição pública, podemos até esforçarmo-nos no exercício da função mas, o que fica no fim é sempre um sabor amargo e de frustração. É preciso que isto não aconteça neste concelho.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. António Lopes, para fazer a seguinte intervenção, depois de ter dirigido cumprimentos aos presentes:

“No passado dia 26 de Outubro, no acto de posse, todos nós jurámos por nossa honra, cumprir com lealdade as funções para que fomos eleitos.

Ao mesmo tempo que a todos felicito pela eleição e desejo o melhor desempenho nas funções que nos foram confiadas, quero deixar claro que será

com lealdade mas também com frontalidade, porventura com acutilância que pretendo exercer as minhas funções, sendo certo, e isso é compromisso de honra, que, para além da bandeira que aqui represento está o Concelho e os cidadãos que nele habitam.

No discurso de posse o Senhor Presidente da Câmara colocou ênfase em duas ou três situações que, aqui e agora, nos interessa realçar.

Apoio à isenção de pagamento nos transportes escolares, cuja decisão se apoia e se deseja que abranja todos quanto deles necessitam. Lembramos que o aquecimento nos autocarros e cintos de segurança, são melhorias que gostaríamos de ver implementadas.

Foi aqui realçado o apoio significativo ao Partido vencedor das eleições, pese o facto do mesmo não ter apresentado um programa eleitoral que, em consciência, o eleitorado pudesse sufragar.

Para nós, chama-se a isto, navegação de cabotagem, isto é, navegação com terra à vista. Pensamos que o Concelho merece melhor. Exige-se dos responsáveis que tracem outros azimutes e vislumbrem outros horizontes. Tal comportamento parece-nos curto e desmobilizador. Como se podem ter cidadãos empenhados, se não se lhes dá a possibilidade da crítica, da sugestão e do contributo empenhado?

Ao partido com responsabilidades de governação é exigida outra transparência e outro compromisso. À mulher de César não basta ser séria, também tem que parecer.

O terceiro ponto enfatizado foi a saudável situação financeira da Câmara. Se, por um lado, termos que reconhecer que é de bom-tom não deixar responsabilidades para os vindouros, não é menos verdade que muitas obras que reclamam uma solução urgente, continuam à espera de melhores dias. Para não sermos fastidiosos, enumeramos os diversos esgotos que drenam a céu aberto numa boa parte das freguesias, a insensibilidade manifestada na ligação Travancinha – Ponte do Salto, onde, por umas centenas de metros, também aqui sabemos que estamos no Concelho de Oliveira do Hospital.

É urgente a correcção desta estrada até Aldeia Formosa, permitindo a alternativa à chamada “Estrada da Morte” que tantas perdas humanas tem provocada.

Uma boa parte da rede viária do Concelho está em mau estado, com destaque para a Freguesia do Seixo da Beira, onde não há uma estrada digna desse nome. Acresce a ligação Lagares – Meruge e tantas outras um pouco pelo concelho, que nada têm a ver com as necessidades dos nossos tempos.

Necessita solução urgente a ligação Chão Sobral / Parente / Alvôco, ou em alternativa Chão Sobral / Avelar, entroncando na estrada actualmente em correcção. Outro tanto se diga da ligação da Barroca do Parceiro a Alvôco.

Apraz-nos registar que as Grandes Opções do Plano que hoje vão estar em discussão, reconhecem a justeza das nossas preocupações, já que quase toda a rede viária do Concelho é proposto ser beneficiada. Terá valido a pena o muito que alertámos para estas realidades durante a campanha eleitoral

quando dizíamos que “ao chegar a este Concelho a trepidação do carro diz-nos onde estamos”.

Mas as Grandes Opções do Plano são uma intenção e já estamos habituados a ver obras em Plano três mandatos consecutivos. Cá estaremos para, com o nosso contributo, tentar que não demorem tanto.

A possibilidade de endividamento da Câmara, dentro dos limites legais, não nos preocupa, desde que o endividamento seja para investimentos. O dinheiro custa, hoje, menos de 3% e não será assim por muito mais tempo.

Em nossa opinião, perdeu-se uma oportunidade de ouro para, com o dinheiro barato, fazer os investimentos necessários e urgentes.

Quero deixar dito, que sou do tempo em que as finanças estavam bem, o escudo era forte e não se falava em crise. Só que, eu e alguns milhões de portugueses, andavam descalços e eram analfabetos ou com escolaridade primária com pouca esperança no futuro. O povo sempre viveu em crise. Câmara rica e povo pobre não é, de todo, o nosso lema, nem é receita que se avie a alguém. Ontem como hoje, o povo sempre ganhou pouco e pagou mais do que pode para que lhe ponham a crise às costas.

Não posso terminar sem manifestar a minha preocupação com os idosos e a cada vez maior falta de condições para uma velhice condigna. O apoio aos lares e instituições já existentes devem merecer as preocupações da Câmara, bem como a construção de novas estruturas que respondam a esta cada vez maior necessidade, dado o aumento da esperança de vida e como tal o envelhecimento da população.

Preocupa-nos a falta de congregação de esforços com municípios vizinhos para a vitalidade do Instituto Politécnico, bem como a construção de instalações condignas e eficazes nesta infra-estrutura educativa.

A Câmara e todos nós devemos estar preocupados com o desemprego já de si elevado, uma vez que as sombras que pairam sobre o sector das confecções, fazem prever tendências para se agravar. Criar, inovar e incentivar o aparecimento de indústrias alternativas e a modernização das existentes, pressionando os organismos de poder responsáveis, será a solução para atenuar o problema tendo em vista evitar a desertificação do Interior e, por arrastamento, do nosso Concelho.

O flagelo dos incêndios, mais uma vez levou uma parte significativa da nossa floresta.

Aqui e em Lisboa, há muito quem prometa chuva, isto é, mais meios, maior prevenção, melhor coordenação. O que tem vindo é vento, isto é, a falta de tudo o que se promete. Tinha algum interesse em saber quanto custou o combate aos incêndios neste Concelho, à Câmara e ao Estado e, sobretudo, às populações, quanto foram os prejuízos florestais e habitacionais.

Também gostaria de saber quanto custaria a prevenção.

A talhe de foice perguntamos para quando os projectados pontos de água, um deles em Vila Franca, bem no coração de um dos principais incêndios deste Verão.

Uma palavra de apreço aos abnegados Bombeiros que, para além dos prejuízos pessoais e risco da própria vida, ainda têm que mendigar as viaturas e outro equipamento de que necessitam no serviço do bem comum.

É com este conjunto de preocupações que aqui estamos, é pela resolução das mesmas que aqui queremos estar. Este é o desafio que lançamos à Câmara Municipal e a todos os que têm responsabilidades no Concelho.

Termino manifestando a minha disponibilidade e apoio à marcha lenta pelos IC's.

Tenho dito.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis, que iniciou a sua intervenção declarando que era com prazer e boa expectativa que se encontrava na Assembleia Municipal por mais um mandato. Seguidamente, saudou todos os eleitos locais, bem como todos aqueles que, por qualquer circunstância, não foram eleitos.

Deu conhecimento, depois, que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou algumas propostas para a região e para o concelho aquando da discussão do Orçamento de Estado e do PIDDAC para 2006, nomeadamente a construção das novas instalações da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, e que o PS, o PSD e o CDS votaram contra as mesmas. Lamentou, assim, que se fale de oposição, de democracia e de defender as populações mas, na prática, não se traduzir esse postulado. PS e PSD, continuou, há anos que não aprovam propostas para este concelho e, por isso, retiram investimento a Oliveira do Hospital, prejudicando as populações. Esta é uma situação que deve ser encarada por todos os que “dão a cara” por estes partidos e que pedem o voto às populações. A este propósito, deu conhecimento que, antes das eleições, candidatos a deputados socialistas – e que foram eleitos – estiveram a falar com a Direcção do Centro Social e Paroquial de Ervedal da Beira e, agora, não contemplam verba nenhuma para a construção do Lar de Idosos de Ervedal da Beira / Cordinha.

Seguidamente, referiu-se ao facto de, nesta sessão, já se ter falado em dever evitar-se o presidencialismo da Câmara, mas o Partido Socialista ter apresentado um projecto-lei em que prevê que, no próximo mandato, não haja eleições para a Câmara Municipal mas apenas para a Assembleia Municipal, tendo como consequência que o candidato do partido mais votado é que escolherá os restantes membros do Executivo.

Depois, lembrou que o Sr. Presidente da Câmara, no discurso proferido aquando do acto de instalação da Câmara Municipal, referiu a necessidade de se gastar bem o dinheiro. De facto, prosseguiu, em época de crise e de restrições económicas, esse princípio é aceite mas dever-se-ão discutir as prioridades. Mas, afirmou, tal não está a acontecer com “certas e grandes” despesas camarárias, como é o caso dos investimentos que estão a ser realizados nas diversas rotundas da cidade e arredores, bem como os gastos “faraónicos” do Parque do Mandanelho. Questionando as prioridades, dever-se-iam ter em conta as indispensáveis correcções ao traçado da estrada Ervedal da Beira / Vila Franca da Beira / Aldeia Formosa / Seixo da Beira, onde

ainda recentemente houve outro grave acidente. Ainda no que respeita à situação financeira da Câmara Municipal e ao facto do Sr. Presidente da Câmara ter salientado que não havia dívida a curto prazo, o Sr. Prof. João Dinis declarou que cabia realçar que esta autarquia deve, pelo menos, oitenta mil euros à freguesia de Vila Franca da Beira. Concretizando, esclareceu que tal montante se deve às duas obras inscritas nos Planos de Actividades de 2004 e de 2005, que não foram realizadas e que, por isso, transitam para 2006. O problema, continuou, não é aquilo que vai a mais para uma ou outra freguesia e que nem sequer está ou esteve previsto em Plano; o problema é aquilo que não se faz nas freguesias, ano após ano, independentemente de estarem consignadas em Plano de Actividades e com verba definida no respectivo Orçamento. Deste modo, é legítimo questionar que transparência democrática e que tipo de critérios é que pretendem justificar um comportamento deste tipo. Na sua opinião, só há um tipo de critério: o poder discricionário da Câmara Municipal ou de alguém por ela. Assim, considerando que este tipo de comportamento ofende outras freguesias e, sobretudo, prejudica as populações de algumas dessas freguesias, referiu que convinha que a Câmara Municipal pagasse rapidamente a referida dívida à freguesia de Vila Franca da Beira, mesmo que, para tal, seja necessário contrair novas dívidas à banca.

Por fim, referindo-se ao facto do Sr. Presidente da Câmara ter afirmado, no seu discurso de tomada de posse, que “vai tudo continuar na mesma”, declarou que esperava que, na gestão camarária, continuasse na mesma ou melhor ainda naquilo que de bem se tem feito. Depois, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, declarou que podia contar com todos para, sem qualquer hesitação ou tibieza, o ajudarem a mudar aquilo que, podendo ser bom para a população, tem ficado por realizar, seja por que motivo for.

Por fim, o Sr. Prof. João Dinis voltou a solicitar que seja colocada a vedação no recinto da escola da sua freguesia e que, relativamente à ideia da Câmara Municipal colocar plataformas elevadas nos principais cruzamentos da ex-EN 231-2, dentro da povoação de Vila Franca da Beira, se aguarde que seja auscultada a Assembleia de Freguesia e a própria população.

Depois da intervenção do Sr. Prof. João Dinis, tomou a palavra o Sr. Carlos Rocha para dar conhecimento que se tem verificado que, na Avenida Sá Carneiro, em Oliveira do Hospital, alguns veículos circulam a velocidades excessivas, concretamente no sentido descendente, em frente à escola do 1º ciclo do ensino básico. Assim, considerando que, por motivos de ordem técnica, não serão colocadas lombas naquela via, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se está prevista a colocação de algum tipo de dispositivo de controlo e de limitação de velocidade naquele local, nomeadamente semáforos.

Por fim, aproveitou a ocasião para esclarecer que, quando foi construída a rotunda onde se encontra o Cavaleiro de Oliveira, no Ameal, não ter ficado centrada devido ao facto da então Junta Autónoma de Estradas o não ter autorizado.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que, relativamente à intervenção do Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves,

declarou que ninguém do PS ou da CDU lhe dava lições de democracia pois sabe bem o que é a democracia e trabalha segundo as regras da mesma. Além disso, continuou, se há alguém que não funciona em democracia é o Governo porque, a atestá-lo, estão as inúmeras matérias em relação às quais os sindicatos e as associações o acusam de falta de diálogo.

Continuando, dirigiu-se ao Sr. António Lopes para dizer que não vai governar com o programa da CDU pois não vai ser este partido que vai determinar quais as prioridades da Câmara Municipal para o município. Além disso, o facto de ter dito que não apresentou um programa ao eleitorado não significa que não tenha um programa, que não tenha ideias.

Depois, o Sr. Presidente da Câmara disse que se regozijava com o facto dos membros da Assembleia Municipal terem estado com atenção ao seu discurso de tomada de posse e de o terem revisitado para fazerem as intervenções na sessão de hoje. De seguida, esclareceu que, quando disse que “tudo será como antes”, queria dizer que é uma pessoa que não muda, que é coerente com as suas ideias, os seus princípios, os seus pensamentos e com aquilo que entende que deve ser a base de trabalho na autarquia.

Ainda no que respeita à democracia, informou que, apesar do CDS/PP não estar representado na Assembleia Municipal e, assim, não estar abrangido pelo Estatuto do Direito de Oposição, fez questão em convidar um representante daquele partido para dialogarem sobre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2006.

Esclareceu também que, com o sistema contabilístico que existe nas autarquias locais, a dívida que transita de ano tem que ser cabimentada no início do ano seguinte, o que implica que o Orçamento seja onerado para ter que contemplar também essa verba. A questão do elevado endividamento é um grave problema uma vez que não permite o investimento e limita a capacidade de dar uma resposta aos problemas que as populações têm no seu dia-a-dia. A este propósito, deu como exemplo o caso do município de Arganil que se debate com o problema de ter herdado, do anterior Executivo, uma dívida muito elevada e, agora, ter que contrair um empréstimo para saneamento financeiro.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara referiu que todos os membros do Executivo são pessoas de trabalho, apesar de terem formas diferentes de abordagem e de análise dos problemas. No entanto, continuou, a democracia é regida pelo princípio de que, quando não há consenso, as maiorias é que decidem.

Depois, referindo-se à intervenção do Sr. Prof. João Dinis sobre a ex-EN 231-2, disse que já não percebia o que é que era pretendido, uma vez que, antes, a Câmara era criticada por não avançar com uma solução para os problemas de segurança naquela via e, agora que apresentou a proposta da plataforma, querem aguardar e estudar a solução. No entanto, concluiu, a Câmara Municipal respeitará a vontade da população da freguesia de Vila Franca da Beira.

Em seguida, entrou-se no ponto I da Ordem do Dia – Informação sobre a actividade municipal –, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal dado conhecimento da realização das seguintes reuniões e participação em eventos:

Dia	Reunião/Evento
17.SE T	Entrega de Prémios do Concurso Nacional e Regional de Ovinos Serra da Estrela (ANCOSE)
15.OU T	Homenagem às Irmãs Wilson
18.OU T	Conselho Geral do IPC - Coimbra
21.OU T	Reunião com Cecília Palmeiro – Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral
25.OU T	Reunião com Beiragás
07.NO V	Apresentação do Projecto do Centro de Atendimento Permanente
08.NO V	Reunião com Director Regional de Educação de Coimbra – Programa de Requalificação da Rede Escolar do 1º CEB – Governo Civil de Coimbra
08.NO V	Reunião de Direcção da ADESA - Penacova
09.NO V	Abertura Solene do Ano Lectivo da ESTGOH
11.NO V	Reunião com Conselhos Executivos dos Agrupamentos de Escolas do concelho
14.NO V	Reunião com empresários locais
17.NO V	Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Planalto Beirão - Tondela
18.NO V	Reunião com IPPAR - Bobadela
29.NO V	Reunião com Presidentes de Junta – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2006
05.DE Z	Reunião com representante do CDS-PP – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2006
05.DE Z	Estatuto de Oposição (Representante da CDU) – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2006
12.DE Z	Reunião com Prof. Torres Farinha, Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez o seguinte ponto de situação das diversas candidaturas da Câmara Municipal:

Projecto	Ponto de Situação
- Requalificação urbana de arruamentos no município	Apresentado relatório final de execução do projecto referente ao contrato-programa de cooperação técnica e financeira, integrado no regime estabelecido pelo Decreto-Lei nº 384/87, de 24 de Dezembro.
- Requalificação urbanística de arruamentos na cidade – Da rotunda do cavaleiro, do interface da Rua do Colégio e da zona envolvente ao Tribunal	Apresentado relatório final de execução do projecto aprovado na Medida I.4 do PO Centro.
- URBCOM – Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial	O Estudo Global de Oliveira do Hospital teve parecer favorável por parte da Direcção-Geral da Empresa e, depois de ter sido objecto de consulta pública pelo período de 30 dias, foi emitido o parecer favorável conjunto da Câmara Municipal e da A.C.I.C.

Ainda a propósito da informação financeira, o Sr. Presidente da Câmara deu conhecimento que o mapa da dívida que foi remetido aos membros da Assembleia Municipal contém o seguinte erro: tem inscrita como dívida a verba de cento e cinquenta mil euros – correspondente a subsídios atribuídos à ARCIAL e ao Centro Social e Paroquial de Ervedal da Beira – mas tal não está correcto porque o Executivo deliberou que os subsídios sejam pagos mediante a apresentação dos autos de medição das obras.

Seguidamente e de acordo com o deliberado anteriormente, passou-se ao ponto IX – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2006/2009 e do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2006 –, tendo sido dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Iniciou a sua intervenção dando conhecimento que está previsto o aumento de 5,59 % da despesa corrente para o ano de dois mil e seis, devido ao aumento da taxa do IVA, dos salários dos funcionários, da contribuição para a Caixa Geral de Aposentações, da entrada em funcionamento do Gabinete Técnico Local, para além da inflação dos bens e serviços. Prosseguindo, esclareceu que não há uma redução no investimento; o que existe é uma maior aproximação à realidade, o que conduzirá a uma maior taxa de execução dos documentos previsionais. Assim, comparando os dados do Orçamento do ano 2005 com o do ano 2006, verifica-se que, ao nível da despesa, apesar de estar previsto um aumento de 5,59% da despesa corrente, haverá uma diminuição total de 12,42%, devido à redução, em 18,01%, da despesa de capital, pelo motivo atrás apresentado. Por outro lado, no âmbito da receita, há uma

redução total de 18,67%, sendo 0,44% da receita corrente e o restante da receita de capital.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara deu conhecimento que, no ano de dois mil e cinco e até ao dia dezasseis do corrente mês, as freguesias receberam um total de 542.894,37 € (quinhentos e quarenta e dois mil oitocentos e noventa e quatro euros trinta e sete cêntimos), assim distribuídos:

Acção Social Escolar	28.205,54 €
Apoio às Freguesias para intervenções em estabelecimentos do ensino básico	2.050,00 €
Apoio a investimentos de criação, beneficiação e ou apetrechamento de infra-estruturas de natureza cultural	750,00 €
Apoio à realização de eventos de natureza cultural	3.900,00 €
Apoio a investimentos de criação, beneficiação e ou apetrechamento de infra-estruturas de natureza desportiva e recreativa	500,00 €
Apoio à requalificação do espaço envolvente ao Pavilhão Serafim Marques	25.000,00 €
Apoio à construção de Casas Mortuárias	10.000,00 €
Apoio às Freguesias para ampliação, reparação e beneficiação de cemitérios	95.500,00 €
Apoio à realização de eventos dinamizadores da actividade económica	8.500,00 €
Apoio às Freguesias para a criação e/ou beneficiação de parques de lazer e jardins	1.500,00 €
Apoio à realização de investimentos de natureza diversa	343.975,0 0 €
Apoio à realização de eventos e actividades relevantes de natureza diversa	23.013,83 €

Deste modo, prosseguiu o Sr. Presidente, as freguesias têm sido devidamente apoiadas pela Câmara Municipal nos seus projectos, nos quais também devem ser incluídos os investimentos que o município faz nas freguesias e que paga directamente.

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Dr. Francisco José Garcia, que, depois de ter dirigido cumprimentos aos presentes, fez a seguinte intervenção:

“O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, aquando da tomada de posse desta Assembleia, no seu discurso, afirmou orgulhosamente que não apresentou nenhum programa eleitoral e que a acção do executivo em permanência iria continuar a ser a mesma. Como se não houvesse evolução.

Percebemos agora, depois da análise do Orçamento para 2006 e do Plano para 2006, porque não apresentou qualquer programa eleitoral: porque,

de facto, não tinha quaisquer propostas relevantes, que fizessem a diferença para o desenvolvimento do nosso Concelho.

Lamentavelmente, o Executivo em permanência não demonstrou ter ideias claras sobre o futuro ou o que se pretende para esse futuro. E muito menos para os jovens que aqui residem ou aqui queiram residir. Um olhar atento mostra que nos últimos quatro anos, o nosso concelho perdeu habitantes. Pior, é que a continuidade destas políticas do Executivo em permanência leva à continuidade desta fuga dos jovens, e o responsável todos sabemos quem é...

Este Plano para 2006 é claramente um Plano de estagnação, para não dizer retrocesso ou recessão. Não demonstrando quaisquer preocupações de desenvolvimento e modernização concelhia – antes a preocupação do caminho e calçada, que são precisos –, sendo uma concepção totalmente eleitoralista da administração pública, sendo um plano minimalista das necessidades do nosso Concelho.

É preciso coragem para as grandes obras estruturais, aquelas que as pessoas não sentem ser da autoria da Câmara Municipal, pois essas não são as que trazem ou conquistam votos.

É preciso coragem para investir, desde logo no incentivo do investimento privado ou parcerias público-privadas, nomeadamente na área das novas tecnologias, na criação de ninhos ou incubadoras de empresas, tendo em conta a ameaça do possível descalabro do têxtil de que o nosso Concelho é dependente.

É preciso coragem para investir na promoção turística das riquezas naturais e endógenas da nossa Terra, de forma a chamar turistas e, conseqüentemente, investimento privado nessa área, possibilitando dessa forma a criação de novos empregos.

Mas, tendo sido criado um Pelouro da Inovação, se calhar por mais nada haver para distribuir, constata-se que, em ideias novas, é parco este Plano.

Esperava-se mais, recomenda-se mais e melhor.

Verificamos que em vez de aparecerem contempladas ideias de e para o futuro, continuam a aparecer os caminhos, ruas e calçadas. Não que não sejam precisos mas, antes dessas obras, são precisas outras, são precisas aquelas que permitam ter pessoas a residir no concelho para usufruírem desses mesmos caminhos, ruas e calçadas. Mas, o actual Presidente da Câmara entende que os jovens devem ir trabalhar para fora, não sendo imperioso que fiquem junto de suas raízes, familiares, amigos e terra que os viu nascer.

Mas, para isso, é necessário que se tenha uma concepção moderna e cosmopolita da sociedade, aberta às grandes transformações do nosso tempo, e este plano demonstra que, por meros cálculos eleitorais, quem o elaborou não tem ou não quer ter.

É claro que esta concepção moderna da sociedade e do mundo não pode esquecer nunca as pessoas – muito pelo contrário –, tem de ser totalmente direccionada para o interesse das gentes da nossa Terra.

Pensávamos nós, que com a criação do tal Pelouro da Inovação, iria haver ideias no seio do Executivo em Permanência, ainda mais porque o Vereador da pasta é um jovem. Mas, como dizia um amigo meu, inovar é por exemplo numa sala completamente vazia, alguém pregar um prego numa das paredes para ali se pendurarem os casacos. Só que, para isso, é preciso haver vontade de inovar e, mais importante, capacidade para o fazer!...

Perguntamos, por isso, onde estão as medidas no âmbito da inovação e da juventude para este mandato? A única amostra, é a pretensão de criação de *WI FI Points*, que desde já sugiro que seja criados entre outros, na zona da ESTGOH, EPTOLIVA e Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas, e que seja alargado, no mais curto espaço de tempo, às restantes freguesias. Inovar não é nem pode ser somente os tais *WI FI Points*, e relembro esta única proposta para o mandato.

Demonstra este Plano um total esquecimento do facto de Oliveira do Hospital ser uma Cidade Universitária, tendo o próprio Concelho uma percentagem muito elevada de jovens. Tristemente para nós, jovens, não estão previstas as medidas necessárias para a protecção dos nossos interesses.

Onde está, por exemplo, a intenção de pôr a funcionar o Conselho Municipal de Juventude, órgão consultivo e de debate, auxiliador da Câmara Municipal no desenvolvimento e realização de acções e projectos de real interesse dos jovens? Uma das acções, por exemplo, pode ser a realização de uma “verdadeira” Semana Municipal da Juventude, podendo esta apostar em nomes conceituados do mundo da cultura, desporto e espectáculo, mas apostando também na promoção dos jovens do nosso concelho, com a criação de prémios ou bolsas para os melhores nas suas áreas, promovendo *workshops* vários ao longo do ano nas diversas áreas de interesse desportivo, cultural, das nossas actividades locais e produtos endógenos, etc.

Lamentavelmente, não está prevista qualquer intenção de tentar trazer eventos desportivos ou culturais entre outros, de carácter nacional, europeu ou mundial, possibilitando dessa forma, um acesso mais directo aos mesmos e ainda a uma publicidade do nosso concelho por esse Portugal e resto do mundo.

Relembrando que Oliveira do Hospital é uma cidade Universitária, uma questão importante, é o alargamento do horário de funcionamento dos bares e restaurantes que assim o pretendam. Em Inglaterra, ainda recentemente esse horário foi alargado para 24 horas sobre 24 horas. Naturalmente que este alargamento de horário terá de ser devidamente regrado e ponderado, mas é uma questão importante, até para o desenvolvimento local.

Oliveira do Hospital tem que se assumir definitivamente como um espaço urbano, caracterizado por condições objectivas, para as pessoas se sentirem a viver num verdadeiro espaço urbano. Chama-se também a isso progresso, e dele – na fisionomia da cidade e nas mentalidades – não devemos ter medo.

Como jovem, esperava mais deste Orçamento e Plano.”

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. João Abreu, que iniciou a sua intervenção fazendo um reparo às Grandes Opções do Plano pelo facto de

nem todas as obras que se pretendem fazer estarem inscritas neste documento, sendo feitas através de rubricas gerais.

Seguidamente, chamou a atenção para o facto de haver muitas ruas, dentro de localidades, que continuam sem rede de saneamento. Estas obras, concluiu, apesar de difícil execução técnica, não podem deixar de constituir uma preocupação para os eleitos locais.

Referiu, depois, que é fundamental incorporar, no desenvolvimento do município, os aspectos culturais, a riqueza paisagística, histórica e monumental, tornando-se essencial a existência de uma carta cultural e histórica. Esta constituirá um instrumento de trabalho que pode e deve contribuir para o desenvolvimento, tanto mais que, repetidamente, se fala do turismo como uma saída possível para a ocupação da mão-de-obra que possa ser disponibilizada, nomeadamente, pela crise no sector do vestuário. Por outro lado, continuou, é importante que se faça o inventário dos lugares históricos de cada freguesia, que se estudem e preservem esses mesmos lugares e se sinalizem devidamente. Este levantamento deverá ser promovido e incorporado na dinâmica de desenvolvimento concelhio, tanto mais que o investimento que vai ser realizado na Bobadela constituir-se-á como uma importante âncora e um excelente complemento da riqueza patrimonial de todas as freguesias. A este propósito, sugeriu ainda que a Câmara Municipal contrate um licenciado em arqueologia ou em história, que se possa envolver a tempo inteiro e concretizar esta tarefa. Outro importante aspecto a considerar, concluiu, é a realização regular de jornadas históricas do município de Oliveira do Hospital.

Seguidamente, referiu que, na sua opinião, a criação de um Espaço Internet em Nogueira do Cravo é totalmente justificada, considerando que é uma das freguesias que mais tem crescido neste município e que a zona da Cordinha já se encontra servida pelos Agrupamentos de Escolas.

Por fim, pediu desculpa à Mesa por introduzir, neste ponto, uma declaração relativa à intervenção que o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves fez no período antes da Ordem do Dia e que apelidou de enigmática e de muito “enevoada”. Assim, disse que toda a vida foi uma pessoa frontal. Apesar de, muitas vezes, perder por essa sua frontalidade, prefere ser assim do que ser dúbio, como, referiu, o foi o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves. Prosseguindo, disse que devia ser frontal e concretizar o que tinha dito pois, estando num órgão de pessoas idóneas e honestas, acabou por lançar a suspeita e insinuações sobre todos. Continuando, declarou que, o que é, deve-o ao seu mérito pessoal, à sua capacidade, e que, se tivesse ambição desmedida e não tivesse dignidade, tinha aceite convites para poder subir, nomeadamente em termos políticos. Além disso, continuou, é coerente com aquilo que pensa, pratica aquilo que pensa e transmitiu estes ensinamentos aos seus filhos, que os seguem: respeitar os outros mas terem capacidade intrínseca profissional e humana para poderem ser respeitados e singrar na vida.

Terminando, disse ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves para não contar com ele para fazer o papel que o PS não tem coragem para fazer, pois é uma pessoa que não é ingrata mas solidária, nomeadamente com a Câmara Municipal, em relação à qual não tem razões de queixa. Mas, salvaguardou,

contrariamente ao que muitos referem, não vai tudo para Meruge; vão muitas coisas porque ele é persistente e debate-se por elas.

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Prof. João Dinis que começou por assinalar o não cumprimento da Lei das Finanças Locais por parte do actual Governo e o estabelecimento de restrições legais e orçamentais sobre os municípios, o que retira possibilidade de execução de obras.

Depois, referiu-se ao mérito desta Câmara Municipal em ter executado obra desde 1976 e de, na década de 80, ter a maior taxa de cobertura de saneamento básico, de electrificação rural e de distribuição de água ao domicílio de todo o distrito de Coimbra.

No que respeita à situação financeira favorável que o município de Oliveira do Hospital tem neste momento, referiu que esperava que tal contribuísse para a execução de projectos que necessitam ser desenvolvidos e executados.

Quanto às questões de democracia, esclareceu que gosta de ouvir a população de Vila Franca da Beira relativamente às matérias que dizem respeito à freguesia, como é o caso da intervenção que a Câmara pretende levar a efeito na ex EN 231-2 e que atravessa a povoação.

Quanto às Grandes Opções do Plano, referiu que, neste documento, era abordada a possibilidade de novos endividamentos da Câmara Municipal, sem hipotecar o futuro, solução com a qual concorda. Por outro lado, apesar de se dever evitar o aumento das despesas correntes, não considera que o aumento de 5,59% seja significativo. No que respeita a prioridades, referiu que devem colocar-se em primeiro lugar as obras que, estando inscritas no Plano há alguns anos, ainda não foram executadas. Reconheceu, de seguida, o esforço da Câmara Municipal em corrigir a rede viária em 2006, sobretudo na zona da Cordinha.

Seguidamente, o Sr. Prof. João Dinis fez um apelo para que a Câmara Municipal não deixe de desenvolver determinados projectos só porque alguém da CDU refere essa necessidade, pois tal atitude não seria correcta.

Ainda no que respeita à ex EN 231-2, referiu que, há pouco tempo, revisitou as declarações que o Secretário de Estado das Obras Públicas fez em Julho do corrente ano sobre aquela via (e das quais tem a própria gravação) e que estas são inequívocas: é assumido que vai efectuar-se a correcção da estrada. Quanto à estrada velha de Vila Franca da Beira, referiu que só devia ser pavimentada depois de se proceder à correcção da estrada nova, pois, se não fôr assim, irão aumentar o número de acidentes.

Quanto aos projectos estruturantes, referiu que achava que a cidade de Oliveira do Hospital está mais bonita do que estava há cinco anos atrás e que também queria que, daqui a cinco anos, a sua terra estivesse mais bonita do que está hoje. Voltou ainda a referir a urgência de se elaborar o Plano Urbanístico de Oliveira do Hospital, tarefa que poderá ser executada aproveitando os recursos do Gabinete Técnico Local.

Também chamou a atenção para o facto dos transportes escolares necessitarem de maior segurança/conforto e das crianças e dos jovens precisarem de mais programas de ocupação dos tempos livres. No que

respeita à acção social, pensa que a Câmara deverá ter uma intervenção firme na forma como está organizado e funciona o sistema social no concelho.

Abordou, depois, a complexa situação que se vive na área da floresta e as grandes exigências legais que recaem sobre os proprietários florestais quando, referiu, é o próprio Governo que diminui os apoios públicos para a prevenção dos incêndios florestais.

Por fim, declarou que as freguesias devem ser estimuladas a apresentar projectos e candidaturas para obterem financiamentos fora dos cofres municipais e, assim, libertar o orçamento municipal para outros investimentos.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. António Lopes que iniciou a sua intervenção esclarecendo que, tal como o Sr. Presidente da Câmara foi eleito para governar o concelho, também ele foi eleito para ser oposição. Referiu, de seguida, que há trinta anos que dois partidos têm vindo a alternar-se no poder e na oposição e, por isso, é que o País está na situação em que está. No entanto, continuou, respeitará os resultados democráticos que o povo sufragou nas urnas e respeitará o Sr. Presidente da Câmara Municipal, que espera que venha a ser Presidente de todos. Esclareceu que não disse à Câmara o que esta devia fazer mas o que o preocupava e o que preocupava o partido que representa. Relativamente às prioridades, esclareceu que não é contra o investimento realizado no Parque do Mandanelho, pois é a favor de promessas que se fazem e que se cumprem. Assim, apresentou um programa em Vila Franca da Beira, que fez questão de mandar publicar antes das eleições autárquicas, com o que prometeu e o que tinha não cumprido. No entanto, continuou, a Câmara Municipal não poderá fazer isso porque houve duas obras em Vila Franca da Beira – a estrada do campo ao cemitério e a rua da cabine – que estiveram inscritas nas Grandes Opções do Plano durante doze anos. Isto só demonstra que o facto das obras estarem inscritas no Plano não garante a sua execução. A prová-lo, está o facto do parque merendeiro e a pavimentação da estrada velha estarem inscritos há três anos nas G.O.P.'s e, até agora, não ter sido gasta lá qualquer verba. Deu conhecimento que, em Vila Franca da Beira, foram feitas mais obras públicas nos últimos quatro anos do que nos cinquenta anos anteriores.

Continuando, referiu que a Câmara Municipal tomou as opções que entendeu em termos de obras prioritárias mas a ele também lhe cabe questionar essas mesmas prioridades e dar a sua perspectiva sobre as mesmas.

Esclareceu ainda que a sua oposição vai no sentido da resolução dos problemas do município, que está na Assembleia Municipal pelo concelho e não tanto pelo partido e que podiam contar com ele para tudo o que fôr a favor do concelho, nomeadamente a marcha lenta na E.N. 17 pela execução dos IC 6/IC 7. Terminou referindo que, da sua parte, tenciona cumprir com rigor o cargo para que foi eleito, com lealdade e com frontalidade e que a Câmara poderá ter a certeza que ele será uma voz crítica, do ponto de vista construtivo.

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Eng^o Carlos Inácio para referir que a lição que o Sr. Presidente da Câmara tentou dar sobre democracia certamente não foi dirigida a ele nem aos membros do seu partido. Por outro

lado, pensa que o Sr. Presidente respondeu a um conjunto de perguntas que os vereadores do Partido Socialista lhe colocaram na reunião camarária e em relação às quais elaboraram um documento que enviaram para a comunicação social.

Depois, chamou a atenção para o facto de terem recebido tardiamente a documentação desta sessão e solicitou que, das próximas vezes, os documentos sejam enviados atempadamente para que possam ser analisados adequadamente.

Dirigindo-se novamente ao Sr. Presidente da Câmara e às referências por ele feitas em relação ao Governo, declarou que este tem estado a fazer um trabalho meritório e, se não tivesse herdado o País da forma como herdou, fá-lo-ia ainda melhor.

Relativamente à situação da função pública, lembrou que, se o Governo do PS congelou as progressões na função pública, por outro lado, o Governo do PSD congelou as actualizações salariais.

Chamou ainda a atenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal para o facto de considerar não ter sido de bom tom a referência que ele fez à situação financeira do município de Arganil.

Em relação às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento, o Sr. Eng^o Carlos Inácio referiu que, tal como o Sr. Presidente da Câmara já tinha mencionado, há um aumento das despesas correntes, mas que, na sua opinião, para além das razões apresentadas, este agravamento também decorre do aumento do número de vereadores a tempo inteiro na Câmara Municipal que, espera, se venha a revelar profícuo para o desenvolvimento do município. No que respeita aos investimentos, continuou, a diminuição verificada é de louvar se fôr no sentido da contenção da despesa e não de se estar à espera dos últimos anos do mandato para avançar com os projectos. Chamou ainda a atenção para o facto de estar previsto que o investimento no âmbito do turismo, da floresta e da prevenção dos incêndios tenha um decréscimo, o que comprometerá estas áreas primordiais do concelho. Ainda no âmbito da floresta, referiu que não compreendia porque é que a Câmara Municipal não apostava nas associações e organizações do concelho que já deram provas nesta área, como é o caso da CAULE, entidade reconhecida regional e nacionalmente, nomeadamente ao nível da tutela.

Quanto aos IC 6/IC 7, deu conhecimento que a sua execução vai avançar, uma vez que o respectivo processo está numa fase bastante adiantada.

Abordando a recente aprovação do orçamento comunitário, salientou que Câmara Municipal dever estar atenta de forma a obter o máximo de financiamento possível para os investimentos que pretende realizar, aproveitando assim os fundos da U.E..

Por fim, referiu-se à manutenção de obras nas G.O.P.'s, ano após ano sem execução, como é o caso da Central de Camionagem, da Biblioteca Municipal e da nova Feira. Para finalizar, declarou que, na sua opinião, as propostas de Orçamento e Plano para 2006 não oferecem grandes

perspectivas de futuro e de desenvolvimento para o concelho, nomeadamente em termos de reprodução do investimento e de criação de postos de trabalho.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves que iniciou a sua intervenção congratulando-se pelo facto desta sessão estar a ser realizada ao sábado, exortando a Mesa para que mantenha este dia da semana.

Depois, referiu que, na qualidade de avoense, queria felicitar a Sra. Dra. Fátima Antunes pela sua eleição como vereadora e aproveitar a ocasião para lhe recomendar que se afirme por si própria e que não se deixe manipular.

Dirigindo-se, de seguida, ao Sr. João Abreu, disse-lhe que acreditava que ele não tinha percebido a sua intervenção ou que não tinha querido percebê-la. Também verificou que ele tinha ficado zangado mas, hoje em dia, referiu, não é por as pessoas se zangarem que têm mais razão. Provavelmente, continuou, o Sr. João Abreu ficou incomodado com o artigo da Licínia Girão mas é a ela que ele terá que pedir contas, para além, com a sua intervenção, só ter conseguido despertar em todos o interesse na leitura do mencionado artigo. Quanto à valorização pessoal invocada pelo Sr. João Abreu, continuou, não lhe dava qualquer tipo de lição pois, ele, aos dez anos andava a dar serventia a pedreiros, aos quinze era latoeiro e aos vinte e dois anos só tinha a quarta classe.

Prosseguiu declarando que não dava o benefício da dúvida ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2006, por exemplo pelas obras cuja inscrição se repetia ano após ano, como é o caso da Central de Camionagem. Disse também que subscrevia a declaração de voto dos vereadores do Partido Socialista, cujos argumentos lhe pareceram muito bem fundamentados.

Esclarecendo, depois, em que consiste o planeamento estratégico, referiu que se começa por elaborar o diagnóstico das necessidades – que nunca foi feito neste concelho –, segue-se a priorização das opções, a planificação dessas actuações e, por fim, a sua execução.

Continuando, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves disse que contava com o sistema multi-municipal das Águas do Zêzere e Côa para tentar “pôr alguma ordem” nas infra-estruturas básicas de água e saneamento.

Quanto aos IC 6 / IC 7, deu conhecimento que o respectivo projecto estará concluído no mês de Fevereiro do próximo ano, ao que se seguirá o processo de lançamento de concurso para a sua execução.

No âmbito do concelho e em termos de prioridades, continuou, é necessário finalizar a revisão do Plano Director Municipal, elaborar o Plano de Urbanização da cidade e concluir o processo do URBCOM, envolvendo todos os comerciantes da área de intervenção. Ainda a propósito dos incentivos à modernização do comércio, deu conhecimento que também vai ser lançado o MODCOM, em relação ao qual espera que a Câmara Municipal se interesse e motive a participação dos empresários.

Por fim, voltou a chamar a atenção para o facto da documentação ter sido recebida tardiamente e solicitou informação ao Sr. Presidente da Câmara

Municipal sobre os motivos pelos quais está previsto um aumento de 49,27% nas despesas com os órgãos autárquicos.

Assim, terminou, por tudo o que invocou e, sobretudo, por tudo o que não está previsto nos documentos previsionais, vai seguir aquilo que já foi uma prática por parte dos vereadores, pelo que vai votar contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, não tanto pelo Orçamento mas mais por aquilo que não está inscrito nas G.O.P.'s.

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Carlos Rocha para explicar que a documentação desta sessão da Assembleia Municipal só foi expedida sexta-feira, no dia 09, porque a reunião camarária onde foi aprovada a proposta de Orçamento e Plano para 2006 foi adiada do dia 07 para aquele dia, o que inviabilizou o envio da mesma atempadamente. No entanto, para minimizar o atraso, no dia 10, sábado, a documentação foi entregue pessoalmente aos membros da Assembleia Municipal que residem no concelho, pelo que só os restantes é que a receberam na semana seguinte.

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. João Esteves, que iniciou a sua intervenção referindo que o Orçamento e o Plano são documentos que se revêem na orgânica nacional, designadamente na contenção das despesas e no corte de alguns investimentos. No entanto, continuou, estes documentos previsionais vão de encontro às necessidades mais prementes da população, como é o caso das infra-estruturas básicas. Além disso, contemplam um forte investimento na área da cultura, nomeadamente no fórum romano da Bobadela, museus e outros lugares históricos, o que vai levar ao desenvolvimento turístico do concelho. Por outro lado, o Plano demonstra uma grande preocupação com a Educação, designadamente com o ensino pré-escolar e superior. Assim, concluiu, pelos motivos apontados, pensa que o Orçamento e o Plano são documentos que merecem a aprovação da Assembleia Municipal.

Em seguida, interveio o Sr. Raúl Costa que começou por felicitar todos os eleitos e por desejar um bom desempenho e as maiores felicidades no mandato que agora se inicia. Depois, referiu que concordava com o facto da Junta de Freguesia, apesar de ter feito algum sacrifício, ter participado nas despesas com o caminho do Borrhal e com o caminho da rua da cantina. Por outro lado, a Junta de Freguesia também tem colaborado com a execução de outras obras, por exemplo levando a efeito o trabalho da desanexação dos terrenos para o alargamento dos caminhos.

Relativamente ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, referiu que algumas pessoas votavam contra os mesmos pelo que não estava previsto enquanto que outras votavam favoravelmente pelas obras que, neles, estavam inscritas. No seu caso, continuou, iria votar a favor das propostas da Câmara porque está prevista a realização de um conjunto de obras importantes em Lagares da Beira que espera que venham a ser executadas neste mandato. Solicitou ainda que, se possível, a Câmara Municipal proceda ao aumento do montante das transferências habitualmente feitas para as freguesias, para que estas possam dar uma resposta mais eficaz às necessidades das populações. Terminou a sua intervenção chamando a atenção para a necessidade de

execução de algumas obras que não estão inscritas no Plano, como é o caso da beneficiação e execução do saneamento da entrada sul de Lagares, a repavimentação da antiga estrada Lagares / Ribeirinha e a Rua da Azinhaga.

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Manuel Garcia que começou por referir que ele, como todos os Presidentes das Juntas de Freguesia, sentem a necessidade e o anseio que os munícipes têm em ver resolvidos os seus problemas. No que diz respeito ao Plano de Actividades, continuou, ele é o documento onde estão previstos os investimentos que a Câmara Municipal pretende realizar nas diferentes freguesias, pelo que os Presidentes das Juntas devem ser solidários com a Câmara Municipal, e também devem sê-lo entre si, compreendendo que há freguesias que, provavelmente, necessitam mais de determinados investimentos do que as suas. Assim, congratulou-se por estar prevista a realização de duas importantes obras para a sua freguesia – o Centro de Dia e a estrada do Alentejo a Alvôco de Várzeas – e referiu que, apesar de haver outros investimentos necessários para São Gião, compreendia que haja prioridades para outras freguesias.

Terminou a sua intervenção declarando que votava favoravelmente o Orçamento e o Plano por considerar que estavam bem elaborados e de acordo com a realidade que se vive hoje em dia.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara interveio para dar algumas informações e esclarecimentos, tendo começado por lembrar as limitações financeiras e o facto do Orçamento e das Grandes Opções do Plano serem documentos previsionais e, assim, poderem ser alterados e revistos em qualquer altura. No que respeita às intervenções feitas no sentido do Plano ser minimalista, de não ser ambicioso, de ser preciso investir no emprego e na inovação, referiu que tudo isto exige muito empenhamento e que não se resolve indo para os bares até de manhã, mas para os locais de trabalho e de estudo. Depois, esclareceu que o Conselho Municipal da Juventude nada tem a ver com o Plano de Actividades pois neste documento só estão previstas as despesas de capital.

Quanto à questão do turismo, esclareceu não é uma área isolada mas transversal – turismo cultural, de natureza, gastronómico, etc. –, pelo que os investimentos nas infra-estruturas básicas, no fórum romano da Bobadela, nos centros históricos, na promoção dos produtos endógenos, entre outros, também constituem elementos de promoção turística.

Depois, esclareceu que, contrariamente ao que foi afirmado pelo Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, a Câmara Municipal teve que fazer um diagnóstico das necessidades, para poder tomar as suas opções em termos de investimento e estabelecer prioridades.

No que respeita à referência por si feita ao Município de Arganil, esclareceu que não o fez com a intenção de fazer qualquer tipo de crítica à gestão anterior mas meramente como exemplo do que pode acontecer se a dívida não fôr devidamente controlada.

Quanto às novas tecnologias, deu conhecimento que, no próximo ano, a Câmara vai transferir uma verba de quinhentos euros para cada freguesia,

como apoio à realização de despesas com a Internet, nomeadamente facilitando o acesso à população.

Depois, referiu que não podia concordar com a referência a que os investimentos nas rotundas da cidade são excessivos, pois tais concretizações contribuem para tornar a cidade ainda mais atractiva para os turistas e agradarão também à população residente.

Seguidamente, informou que, relativamente à nova Biblioteca Municipal, falta o IPLB dar o parecer final sobre o projecto e, no que respeita à Central de Camionagem, está em fase de resolução final a questão do terreno.

Deu ainda conhecimento que a Câmara está a promover a celebração de alguns protocolos para a realização de parcerias, nomeadamente com a ESTGOH, em relação à qual se está a estudar a possibilidade da autarquia atribuir um subsídio para apoio a jovens que pretendam estudar nesta escola, o que irá contribuir para a fixação dos alunos.

No que respeita aos IC 6 / IC 7, esclareceu que o que estará pronto em Fevereiro será o projecto de execução do troço Catraia dos Poços / Vendas de Galizes porque, as Estradas de Portugal abriram um concurso para a elaboração de um estudo de avaliação do IC 6, IC 7 e IC 37, na zona da Beira, estudo esse que só estará concluído no final do próximo ano. Assim, na sua opinião, pelo menos até 2009, não haverá mais do que a execução do troço Catraia dos Poços / Vendas de Galizes.

O Sr. Presidente esclareceu ainda que a casa existente nos Fiais da Beira, em relação à qual o Sr. António Lopes se referiu, não é propriedade do município mas da Administração Central. No entanto, poder-se-á considerar a possibilidade de negociar a sua aquisição.

No que respeita às despesas com os órgãos autárquicos, informou que representam 1% do total das despesas correntes e que o acréscimo se deve, entre outros factores já referidos, à nomeação de um Secretário para a Vereação e ao pagamento de um subsídio de reintegração no valor de vinte e oito mil euros.

Terminando, o Sr. Presidente da Câmara voltou a frisar que o Orçamento e o Plano de Actividades são documentos mutáveis e que não quer estar a criar falsas expectativas, tanto mais que ainda não estão definidas as áreas que vão ser prioritariamente financiadas pelo próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Seguidamente, foram colocadas à votação as propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano 2006, tendo sido aprovadas por maioria, com cinco votos contra e três abstenções.

Foi, depois, dada a palavra do Sr. Prof. João Dinis que fez a seguinte declaração de voto:

“Sou membro desta Assembleia Municipal enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira.

O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira absteve-se na votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Municipal, porque está dividido:

- Por um lado, são insatisfatórias as obras que desejava ver expressamente em Plano e Orçamento para a sua Freguesia, como tal, pois expressamente, apenas constam duas obras que aliás já o têm vindo há anos;

- Por outro lado, há obras consagradas em Plano que são importantes para a Cordinha, zona do Concelho em que a sua Freguesia se enquadra:

- Rede viária a beneficiar na Cordinha, e, em especial, a estrada municipal – Aldeia Formosa – Ponte do Buraco;
- O lar de idosos da Cordinha;
- Mesmo a correcção da EN 231-2, aquela que outros, e não eu, baptizaram de estrada da morte, embora neste caso o Governo deva comparticipar;

Falta ainda consagrar a promoção do Vale do Mondego, o arranjo do estradão do ex-Rallye Cidade Oliveira do Hospital e as ligações à Póvoa e à Penha.

São obras que, feitas, também beneficiam os Vilafranquenses.

Portanto, entre um mal e um bem fico no meio – abstenho-me –, também porque 2006 é o primeiro ano do actual mandato. Abstendo-me, hoje, faço ainda o voto de que as obras referidas não continuem a resvalar de ano para ano.

Seguidamente, entrou-se no Ponto II – Eleição, nos termos do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 11/2003, de 13 de Maio, do representante na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Pinhal, tendo sido apresentada apenas uma proposta, pelo Partido Socialista para a eleição do Sr. Engº Carlos Augusto Inácio da Fonseca.

A este propósito, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves solicitou informação ao Sr. Presidente sobre o ponto de situação da Comunidade Intermunicipal do Pinhal, tendo sido informado que se procedeu à instalação dos respectivos órgãos e que foi apresentada uma candidatura à C.C.D.R.C. no âmbito da floresta, em relação à qual há perspectivas de aprovação.

Seguidamente, foi a referida proposta submetida à votação, por escrutínio secreto, tendo sido eleito, por maioria, com vinte e cinco votos a favor e treze votos em branco, o Sr. Engº Carlos Augusto Inácio da Fonseca como representante da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Pinhal.

Seguiu-se, depois, o Ponto III – Eleição, nos termos da alínea b), do número 1, do artigo 5º, da Lei nº 14/2004, de 8 de Maio, do Presidente de Junta de Freguesia, que irá fazer parte da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – tendo sido apresentadas as seguintes propostas:

Pelo PSD, designada por Proposta A:

- Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Dr. Manuel Fernando Morais Silva Garcia.

Pelo PS, designada por Proposta B:

- Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sr. António Raúl Dinis Costa.

Pela CDU, designada por Proposta C:

- Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Prof. João Manuel Fontes Dinis.

Seguidamente, foram as referidas propostas submetidas à votação, por escrutínio secreto. Terminada a votação, foi efectuado o respectivo apuramento, tendo sido obtidos os seguintes resultados:

Votos na Proposta A - 25
Votos na Proposta B - 9
Votos na Proposta C - 4

Em conformidade com a presente votação, foi eleito o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Dr. Manuel Fernando Morais Silva Garcia, para fazer parte da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Depois, entrou-se no Ponto IV – Eleição, nos termos da alínea b), do número 4, do artigo 7º, da Lei nº 12/2004, de 30 de Março, do representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Licenciamento de Instalação e Modificação de Estabelecimentos de Comércio a Retalho por Grosso em Livre Serviço e de Instalação de Conjuntos Comerciais.

Foram, então, apresentadas as seguintes propostas:

Pelo PSD, designada por Proposta A:

- Sr. António Correia Dias.

Pelo PS, designada por Proposta B:

- Sra. D. Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa

Seguidamente, foram as referidas propostas submetidas à votação, por escrutínio secreto e, terminada a votação, foi efectuado o respectivo apuramento, tendo sido obtidos os seguintes resultados:

Votos na Proposta A - 25
Votos na Proposta B - 12
Votos em branco - 0

Em conformidade com a presente votação, foi eleito o Sr. António Correia Dias como representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Licenciamento de Instalação e Modificação de Estabelecimentos de Comércio a Retalho por Grosso em Livre Serviço e de Instalação de Conjuntos Comerciais.

Seguidamente, entrou-se no Ponto V – Eleição, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, alterado pela Lei nº 41/2003, de 22 de Agosto, do Presidente da Junta de Freguesia representante das freguesias no Conselho Municipal de Educação, tendo sido apresentadas as seguintes propostas:

Pelo PS, designada por Proposta A:

- Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sr. António Raúl Dinis Costa

Pelo PSD, designada por Proposta B:

- Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira, Sr. Prof. António Guilherme Inácio de Campos.

Foi, depois, realizada a respectiva votação, por escrutínio secreto, tendo sido obtidos os seguintes resultados:

Votos na Proposta A - 10

Votos na Proposta B - 26

Votos em branco - 2

Assim, foi eleito o Sr. Prof. António Guilherme Inácio de Campos como representante das freguesias no Conselho Municipal de Educação.

Passou-se, depois, ao Ponto VI – Eleição, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 4º do Regulamento Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia, de um elemento de cada um dos partidos com assento na Assembleia Municipal para integração nas comissões municipais de toponímia das freguesias do município de Oliveira do Hospital –, tendo sido eleitos, por unanimidade, os seguintes membros da Assembleia Municipal:

Representante do PSD – Sr. Alberto Carlos Cadima Santos

Representante do PS – Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes

Representante da CDU – Sr. João Alberto Garcia de Abreu.

Seguidamente, entrou-se no Ponto VII – Eleição, nos termos da alínea b) do artigo 2º do Decreto-Lei nº 5/91, de 8 de Janeiro, do Presidente de Junta de Freguesia que integrará a composição da Assembleia Distrital de Coimbra, tendo sido apresentadas as seguintes propostas:

Pelo PS, designada por Proposta A:

- Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal, Sr. António Maria Jorge.

Pelo PSD, designada por Proposta B:

- Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. António José da Fonseca Mendes Dinis.

Realizada a respectiva votação, por escrutínio secreto, foram obtidos os seguintes resultados:

Votos na Proposta A - 11

Votos na Proposta B - 26

Assim, foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. António José da Fonseca Mendes Dinis, para integrar a composição da Assembleia Distrital de Coimbra.

Por fim, entrou-se no Ponto VIII – Designação, nos termos da alínea l) do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 01 de Setembro, de quatro cidadãos eleitores para fazerem parte da composição da Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital.

A este propósito, o Sr. Dr. Francisco José Garcia pediu a palavra para chamar a atenção para o facto da Lei nº 147/99, de 01 de Setembro, já ter sido alterada pela Lei nº 31/2003.

Seguidamente, interveio o Sr. João Esteves para referir que, apesar do CDS/PP não estar representado na Assembleia Municipal, dever-se-iam contemplar os quatro partidos neste eleição, pelo que o PSD propunha que fosse apresentada uma única lista. Considerando que todos os membros da Assembleia Municipal concordaram com esta proposta, foram designados, por unanimidade, os seguintes cidadãos eleitores para fazerem parte da composição da Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital:

- Dra. Ana Paula Ferreira Nobre.

- Dra. Maria Adelaide Nunes da Silva Freixinho.
- Prof. José Carlos Alexandrino Mendes.
- Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis.

Seguidamente, o Sr. Carlos Rocha informou que, de acordo com o disposto no artigo 33º do Decreto-Lei nº 156/78, de 30 de Junho, é necessário proceder à organização das candidaturas dos Juizes Sociais, de forma a que, nos termos do artigo 36º do mesmo diploma, as respectivas listas sejam aprovadas pela Assembleia Municipal na próxima sessão. Assim, à semelhança da eleição anterior, propôs que cada partido com assento neste órgão indique, na próxima sessão, nomes de candidatos em número proporcional à sua representação na Assembleia Municipal, o que foi aceite por todos os presentes:

Partido	Número de candidatos a indicar
PSD	30
PS	12
CDU	3

Por fim, colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar e sendo uma hora e trinta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____
Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____